3 O social e o político

La démocratie n'a cessé de constituer un problème et une solution pour instituer une cité d'hommes libres.

Pierre Rosanvallon, *La démocratie inachevée*

Para evitar uma abordagem maniqueísta da representação política que a considere apenas como mecanismo eleitoral, pode-se observar o esforço compartilhado pelos três autores referenciais desta dissertação, na busca de refinar o entendimento acerca do processo político no qual está inserida a representação. Como apresentado no capítulo anterior, o caráter de escolha envolvida no processo eleitoral vigente nas democracias representativas contemporâneas acaba por inserir formas aristocratizantes e democráticas à institucionalidade representativa.

A tensão ou fricção que permeia as democracias contemporâneas seria equilibrada, no contexto de uma sociedade de massas, pelo intermédio da ação da opinião pública. A participação no processo decisório de implantação de políticas públicas, segundo Bernard Manin, acabaria resolvido na circularidade de opiniões nessa nova esfera midiática, transformando-a no canal por excelência do intermédio das relações entre a sociedade e a esfera política, depois das eleições, obviamente. Mas esta não seria a única forma possível de interpretação dessas relações e de suas tensões. O ponto de aproximação escolhido a partir do qual serão expostas convergências e divergências na apresentação das teorias de Nadia Urbinati e Pierre Rosanvallon acerca da representação política, foram exatamente tais possibilidades de relação entre social e político.

A premissa que norteará o estudo, é de que a relação entre eleito e eleitor, duplica a tensão existente entre democracia e representação, o que Bernard Manin tenta resolver com a explicação de coexistência de elementos democráticos e aristocráticos equilibrados. Deixando a explicação de lado e mantendo a perspectiva

da tensão, o intuito é evidenciar, especialmente, que a forma como Urbinati e Rosanvallon interpretam a equação entre social, político e representação, dará o tom distintivo nos discursos propostos e nas análises apresentadas, bem como as conclusões obtidas. A forma de compreender os desdobramentos destas tensões e sua própria existência conduz a entendimentos sobre se o político consegue ou não canalizar de forma adequada o social, e se de qualquer forma seria razoável que isto sequer ocorresse e como funcionam essas interdependências.

A opção de começar por Nadia Urbinati não foi aleatória. Desde o início dos estudos para a elaboração desta dissertação, o objetivo principal era entender como as teorias sobre representação política são importantes para pensar imagens do processo político, e principalmente novos mecanismos de participação política. As antigas questões de como equacionar representação, democracia e participação necessariamente rondam os discursos tanto daqueles que consideram a representação política tradicional, que tem por lema o ideal um homem, um voto; como os novos modelos de democracia participativa, que trazem à tona a insatisfação dos que demandam por maior participação.

A partir da constatação de Manin de que a representação política não necessariamente é democrática, como elaborado no capítulo anterior, os argumentos de Urbinati servirão como um útil contraponto para o andamento das discussões. Isto porque a autora busca lidar com a representação política como um meio pelo qual a democracia constantemente se recriaria e aperfeiçoaria, rebatendo críticas ao alegado caráter de contensão pelo qual sempre se destacaram os governos representativos modernos. Tais argumentos constritivos que aparecem na história americana, como nas descrições de um Alexis de Tocqueville, por exemplo, e também positivados e bem estruturados no livro de Manin, referências de que a América despontaria como socialmente democrática e *politicamente aristocrática* (ou como diria Urbinati, *republicana*)¹, na tentativa de contorná-las.

As idéias de Pierre Rosanvallon serão discutidas após as análises de Urbinati, para caracterizar exatamente como pode se estruturar uma postura mais aberta para a análise do novo em termos sociais e políticos dentro da própria análise liberal. Ocupando hoje a cadeira que foi de Michel Foucault na *École de Hautes Études*, o autor transparece uma convicção para pensar não só o seu tempo como o

¹ URBINATI, 2006, p.3

processo político histórico, segundo a mentalidade de seus agentes. Seria uma liberdade para pensar o novo que poderia ser associada à análise de Hannah Arendt, temendo sim a experiência totalitária, mas muito atenta às novas expectativas que a experiência política recente pode acrescentar².

A proposta neste capítulo é tentar avaliar como a concepção dada por Urbinati para a relação do Estado com a sociedade, e a leitura que apresenta para o processo político consoante sua teoria da representação democrática pode edificar uma relação entre social e político bem distinta da apresentada por Pierre Rosanvallon. Este, ao apresentar uma nova concepção para o político, em um estilo que tributa em grande medida ao apresentado por Marcel Gauchet³ e tem se empenhado para estruturar o que convencionou como *Histoire Conceptuelle du Politique*⁴, traz uma perspectiva diferenciada para o modo de perceber a política e também o social, ao propor discutir uma comunidade crivada pelas diferenças e não homogênea⁵.

Enfim, trazer tais discussões e apresentar mais problemas do que soluções é o intuito deste capítulo, fazendo o mapeamento de discussões ainda pouco conhecidas no Brasil, mas cuja empiria que lhes fomenta, não seria tão distante como aparentam os nomes franceses e italianos de seus autores. Diversidade social e de propostas políticas, insatisfação social, desconfiança quanto à eficácia da permeabilidade do modelo tradicional de representação política frente às multiplicadas e complexas demandas em um mundo conectado pelo acesso crescente à internet, não fazem tais discussões tão distantes assim da experiência política brasileira. As tensões que forjam tais embates servem à um debate necessário sobre a representação política nos termos observados a seguir.

² Segundo Hannah Arendt, a perda da permanência e da segurança no mundo (o que politicamente seria idêntico à perda da autoridade), não acarretaria, pelo menos, não necessariamente, a perda da capacidade humana de construir, preservar e cuidar de um mundo onde ainda seria possível sobreviver e permanecer como tal para os que virão. (ARENDR, 2000, p.132)

³ ROSANVALLON, 1998, p 467. O autor se refere ao proposto por Gauchet em *La Révolution des Pouvoirs*, Paris: Gallimard, 1985. Para uma interessante abordagem sobre especificidades francesas no debate sobre representação política ver WEYMANS, Wim. *Freedom through Political Representation: Lefort, Gauchet and Rosanvallon on the Relationship between State and Society distribution*. **European Journal of Political Theory**.(2005)

⁴ Existem dois artigos traduzidos do francês disponíveis sobre a HCP de Pierre Rosanvallon: *Towards a philosophical history of the political in* D. Castiglione e Iain Hampshire- Monk (eds.), *The History of Political Thought in National Context*, Cambridge: Cambridge University Press, 2001, p. 189-203 e Por uma História Conceitual do Político (nota de trabalho) **Rev. Bras.de Hist.** São Paulo: v.15, no 30, 1995, p.9-22.

3.1. Da tradução do social no político para Nadia Urbinati : premissas gerais

A política diz: *sede astutos como as serpentes*; a moral acrescenta (como condição limitante): *e sem maldade, como as pombas*.

Immanuel Kant

Para avaliar corretamente a interpretação do processo político como descrito pela italiana Nadia Urbinati, algumas observações são pertinentes. Seu recente trabalho *Representative Democracy: Principles and Genealogy* (University of Chicago Press 2006), será a fonte principal de nossa explanação. Este, porém, não foi o primeiro trabalho de fôlego da cientista política e doutora pelo *European University Institute* em Florença, que recebeu o *David and Elaine Spitz Prize* de melhor livro em teoria liberal e democrática de 2002 por *Mill on Democracy: from the Athenian Polis to Representative Government* (University of Chicago Press, 2002).

Atualmente na universidade de Columbia, a professora Urbinati não é exatamente uma estranha para a academia brasileira. Já lecionou em várias universidades, dentre as quais New York, Pennsylvania e Princeton, e também é professora visitante na *Scuola Superiore di Studi Universitari e Perfezionamento Sant'Anna* de Pisa na Itália. Ela também lecionou na UNICAMP no segundo semestre de 2001. Tal passagem pelo Brasil possivelmente contribuiu para que a nota de pesquisa prévia à publicação de seu trabalho em 2006 fosse traduzida e publicada pela Revista Lua Nova, sob o título “O que torna a representação democrática?”⁶

A possibilidade de auferir sobre os resultados mais conservadores de Urbinati, em relação às análises menos ortodoxas de Bernard Manin e Pierre Rosanvalon, motivaram a inclusão dos debates da autora nesta dissertação. Defendendo explicitamente a representação política, a autora começa seu livro com uma afir-

⁵ Referências importantes sobre estudos de minorias no contexto da representação política podem ser obtidas em YOUNG, Iris Marion (1990, 2000 e 2006).

⁶URBINATI, 2006a.

mação enfática: “*This book deals with political representation as a way for democracy constantly recreate itself and improve*”.⁷

Gostaria inclusive de frisar o ponto de defesa argumentativa, pois será importante para refletir sobre o conjunto proposto. Outra passagem que mostra a forma do argumento segue abaixo:

*This book explores (and defends) the arguments of the minority that believes democracy and representation are complementary rather than antithetical. Their arguments subvert both kinds of skepticism because they deny that representation is an expedient or second best, and assert that representation is primed to expand democratic participation and in fact is essential to democracy.*⁸

Urbinati não ignora em absoluto a estranheza que seu argumento pode provocar, por isso mesmo se inclui em uma minoria. Observar que a democracia e a representação são complementares não é exatamente uma novidade, mas na forma como essa relação acontece é que reside a questão. A autora reitera que da coexistência entre democracia e representação, a segunda não apenas teria sido a responsável pela expansão da participação democrática, mas seria inclusive essencial para a democracia.

Para embasar sua caracterização a autora estabelece a seguinte premissa:

*My goal is to inquire into the conditions under which representation is democratic – that is, a mode of political participation that can activate a variety of forms of citizen control and oversight.*⁹

Para defender a representação política em melhor estilo liberal clássico, Urbinati envidará esforços para convencer o leitor de que, em seus termos, a *democracia representativa* é uma forma original de governo e não é igual à democracia eleitoral. Para tanto, a autora se insere em uma corrente que chama de redescoberta democrática da representação (“*the democratic rediscovery of representation*”¹⁰), O trabalho ocuparia exatamente uma lacuna normativa que a própria enumera: é preciso sistematizar de maneira compreensiva *como* a representação seria democrática.

Em sua proposta de alargamento do sentido de representação política, Urbinati analisa a representação como um processo que seria um componente essencial

⁷ URBINATI, 2006, p .xi.

⁸ URBINATI, 2006, p.4, grifo nosso.

⁹ Ibid.

à democracia. A representação seria responsável pela ativação de processos de ação e prática cuja observação daria lugar ao entendimento sobre as condições normativas e os princípios da democracia representativa.

São três os argumentos basilares de Urbinati, que serão enumerados a seguir. Em primeiro lugar, o discurso público (*public discourse*) deve ser considerado uma das principais características que valorizam a política democrática, seja ela antiga ou moderna, direta ou representativa. A presença pela voz, ou vocalização, a exposição pública do juízo ou julgamento político dos cidadãos, definiria o caráter de política democrática tanto quando os cidadãos votam em leis como em representantes. Sobre esse primeiro ponto, Urbinati ressalta:

*This idea is essential in order to understand the role of judgment and the nature of participation in representative democracy. Judgment is not alternative to action, nor is it mere post-action evaluation by those who did not act, as if only some act while others observe passively and at most consent or rebuff.*¹¹

Na forma do processo decisório, dar voz (ou emitir opinião) envolveria dois tipos de atividade, uma positiva enquanto ativadora e propositora, e uma negativa, enquanto receptiva e vigilante. O segundo argumento é que a prática indireta, e a representação enquanto sua mais importante forma desenvolveria um papel crucial no forjar do caráter discursivo democrático da política, e ela ajudaria mais do que obstruiria a participação em si. Em terceiro e último lugar, Urbinati argumenta:

*I sustain that representation highlights the idealizing and judgmental nature of politics, an art by which individuals transcend the immediacy of their biographical experience and social and cultural belongings and interests, and educate and enlarge their political judgment on their own and others' opinions.*¹²

Assim, a representação política ressaltaria a natureza de plano das idéias e de juízo ou opinião inerentes à política. Seu legado seria um processo político complexo que ativaria o “povo soberano” muito além do ato formal autorizador, segundo ela. Urbinati ressalta que a política representativa tem um poder unificador e de conexão (através do embate e concorrência) entre os indivíduos isolados da sociedade civil ao projetar os cidadãos em uma perspectiva orientada para o

¹⁰ URBINATI, 2006, p.5.

¹¹ URBINATI, 2006, p. 5.

¹² Ibid.

futuro. A autora se vale da concepção de Quentin Skinner¹³ da palavra ideologia(*ideology*):

*I employ here the word ideology to designate the use of beliefs and values in order to legitimize behavior and the active function of political ideas in the interpretation of social events and interests and to advance social visions.*¹⁴

A soberania popular desempenharia, para Urbinati, este tipo de papel ideológico enquanto constituinte de um critério básico segundo o qual os cidadãos democráticos julgam seus representantes e suas políticas, criticam assimetrias de poder existentes na sociedade, e finalmente dão forma à sua linguagem política, associam-se e organizam suas demandas.

Não menos importante, sua proposta apresenta a representação como um canal que confere à política uma inescapável dimensão ideológica, ao inserir idéias na política de tal forma que elas representem e moldem identidades e clamores sócio-políticos dos cidadãos. A representação deve ser considerada como um filtro compreensivo, que refina e media o processo político de formação da vontade e de sua expressão. Ela modelaria o objeto, o estilo e os procedimentos da competição política e ação. Assim atuando, ajudaria na despersonalização de demandas e opiniões, o que permitiria aos cidadãos matizes e associações sem apagar o partidário essencial à competição política livre e obscurecer a divisão entre maioria e minoria.

A representação é descrita por Urbinati como intrínseca a um mundo de atenção e onde o caráter indireto está sempre presente:

*It can never be truly descriptive(representation) and mimetic of social segmentations and identities because of its unavoidable inclination to transcend the “here” and “now” and to project instead a “would be” or a “ought be” perspective that translates almost naturally into advocacy.*¹⁵

As possibilidades de defesa que o mecanismo representativo pode promover estão bem descritas acima, o mesmo não ocorre, porém, em relação à forma em que se dá o processo representativo. A capacidade de se imaginar na condição de outrem é um dos pontos fortes do argumento em prol da representação, por outro

¹³ SKINNER, Quentin, “Retrospect: Studying Rhetoric and Conceptual Change.”In: *Visions of Politics*, vol.1, 175-87. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

¹⁴ URBINATI, 2006, p. 120.

¹⁵ URBINATI, 2006, p.6.

lado, as possibilidades até aqui descritas indicam formatos que aparentam estar sempre na dependência de um “dever ser”, uma deontologia marcante na análise. Ao tentar frisar um caráter fluído e rico certamente perceptível no processo representativo, Urbinati evidencia as inúmeras possibilidades de não-representatividade que o caráter relacional de simples confiança no eleito pode apresentar ao eleitor.

Urbinati resguarda como trunfo a igualdade política, enquanto condição de legitimidade, como guia de consciência ou juízo, e como “promessa a ser alcançada”. Seria a partir desse princípio que sua imagem de processo político de representação democrática definiria seus objetivos, linguagem, seus projetos, e também a si própria submeteria ao julgamento crítico dos cidadãos. À noção de escolha utilizada como aristocratizante do processo no argumento de Manin, Urbinati contrapará a idéia de juízo trazida de Immanuel Kant:

*Immanuel Kant will serve as my guide because, despite his adherence to Thomas Hobbes' state positivism and his hostility to democracy, his theories of legitimacy and judgment offer us some perceptive indications on how to overcome the constraints of the externality of physical presence in political processes.*¹⁶

O objetivo é transformar a vontade ao apelar aos argumentos kantianos. Segundo aquele, só um ser racional teria a capacidade de agir segundo a representação das leis, ou seja, segundo princípios, e só desta forma este ser teria vontade. No melhor estilo kantiano: “Como para derivar as acções das leis é necessária a razão, a vontade não é outra coisa senão razão prática.”¹⁷ De onde advir que a razão determinaria infalivelmente a vontade, vontade esta que consistira na faculdade de escolher somente aquilo que a razão, independentemente da inclinação, reconhece como praticamente necessário, esta a forma de se encarar algo como bom.¹⁸ A vontade para Kant seria concebida como a faculdade de se determinar a si mesmo para agir em conformidade com princípios de razão pública¹⁹. Só assim

¹⁶ URBINATI, 2006, p. 101.

¹⁷ KANT, **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**, [1786], 2007, p.47.

¹⁸ A clássica definição de imperativo categórico se apresenta: “A representação de um princípio objetivo, enquanto obrigante para uma vontade, chama-se um mandamento (da razão), e a fórmula do mandamento chama-se *Imperativo*.”(KANT, 1786, 2007, p.48).

¹⁹ Sobre a representação das leis para Kant pode-se lembrar que só a lei traz consigo o conceito de uma necessidade incondicionada, objetiva e conseqüentemente de validade geral, e mandamentos são leis a que tem que se obedecer, ou seja, que se têm que seguir mesmo contra a inclinação. (KANT, 1786, 2007, p.53)

seria possível ultrapassar a menoridade, ou seja, a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo.²⁰

O fundamental para Urbinati é uma releitura da representação em relação ao conceito moderno de soberania popular, e é justamente neste ponto que começa a traçar a questão entre social e político que é o interesse principal para a discussão aqui empreendida, e a distanciará de Pierre Rosanvallon. Urbinati propõe que o governo dos modernos não é definido pela eleição em si, mas pela relação entre participação e representação, representando respectivamente sociedade e estado, instituídos pelas eleições. Essa relação seria permeável às transformações da sociedade, e por consequência, da soberania. O fator principal seria a relação entre o interior das instituições estatais e a parte de fora, criada pelas eleições: “*The crucial factor is the relationship between the inside of state institutions and the outside created by elections.*”²¹

Às eleições é conferido o papel de instituição do em torno do estado, ou seja, a sociedade. Este inesperado poder – de criar a sociedade, aparece como contraponto à caracterização incômoda de Bernard Manin quanto à aristocratização envolvida no processo de escolha eleitoral como exposto no capítulo anterior. Urbinati afirma que Manin, apesar de servir de base para seus estudos pela acertada retomada dos estudos da teoria, história e institucionalidade do governo representativo, acaba por reduzir a representação política em autorização eleitoral, literalmente: “*Manin concludes by collapsing representation into electoral authorization.*”²² Como já observado anteriormente, o ponto principal é considerar a eleição um mecanismo aristocratizante no processo de representação, mas não reduzir representação à eleição. Por vezes a leitura de Nadia Urbinati aparenta a tentativa de resposta, às inquietações que os argumentos expostos por Manin podem provocar aos estudiosos do modelo vigente de democracia representativa, que tinham nos estudos de Hannah Pitkin as bases para os problemas da relação entre expectativas dos eleitores e ações dos eleitos.

O que Nadia Urbinati busca contornar é a observação de Bernard Manin ao explorar o fato distintivo de que o canal principal do governo representativo é o

²⁰ “*Sapere Aude!* Tem coragem de fazer uso de teu próprio entendimento, tal é o lema do esclarecimento[*Aufklärung*].” No texto Resposta a pergunta: Que é “esclarecimento”? In **Immanuel Kant: textos seletos**, 2005, p.63-64.

²¹ URBINATI, 2006, p.8.

²² URBINATI, 2006, p. 09.

vigorar exclusivo de eleições, mesmo que o fato de existirem não garanta o caráter democrático. Manin descreve com precisão o quão aristocrática pode ser a eleição, a ligação entre eleitos e eleitores ainda hoje é percebida como democrática, apesar de quando de sua concepção, ela tenha sido pensada como algo também oposto à democracia. Para o autor existe uma lógica implícita em eleger que não pode ser ignorada. Eleger é indubitavelmente escolher. E ao escolher, quatro efeitos desiguais aristocráticos e básicos influiriam: as preferências pessoais, as dinâmicas de uma situação de escolha, as relações e conhecimentos pessoais anteriores e os custos de difusão da informação²³.

Urbinati almeja reunir o aspecto normativo da discussão – ou seja, aquilo que a representação deveria supostamente ser; em contrapartida com as instituições do governo democrático - ou aquilo que efetivamente ela produz ou faz. Para tanto ela apresenta dois pontos de partida. Não considerar a representação como segunda opção, mas como a melhor opção, e considerá-la intimamente ligada à participação e à expressão informal da “vontade popular”.

Urbinati descreve sua posição, ou pelo menos aquela em que supostamente pretende ser vista, no meio do caminho entre os que defendem a delegação incondicional e aqueles que refutam qualquer tipo de delegação, segundo um paralelo que faz entre autorização eleitoral e democracia direta. A questão é que provavelmente a perspectiva de Urbinati está muito mais próxima da delegação incondicional, ou autorização eleitoral, segundo seus próprios termos, do que qualquer possibilidade de refutar em delegar.

3.2.

Da tradução do social no político para Nadia Urbinati: a relação Estado/sociedade

Apesar das críticas erigidas à Manin sobre sua análise acerca do papel das eleições, será fundamental para a teoria de Urbinati o posicionamento sobre o papel destas. Para Urbinati, as eleições simultaneamente separam e ligam os cidadãos e o governo. Elas delimitam um espaço entre o estado e a sociedade ao mesmo tempo em que permitem a comunicação e até mesmo o conflito entre as duas

²³ MANIN, 1995, p.174-175.

partes, mas nunca a interrupção de tal relação. Ela descreve suas características e sua problemática: “*As the only institutional site of popular will and the point of contact between the parliament and the extraparlament, elections can be seen from different political angles*”²⁴.

Urbinati opõe à crítica tanto de Manin quanto de Rosanvallon(que veremos a seguir), e certamente de muitos outros, sobre o engessamento histórico da institucionalidade do governo representativo, os avanços trazidos pela adoção do sufrágio universal. A autora enumera:

*Yet notwithstanding the fact that the institutional history of representative government resembles a story that has not been substantially edited since the eighteenth century, the adoption of universal suffrage has produced radical changes that cannot be appreciated unless we review the overall political life generated by the representative process.*²⁵

Pensar uma teoria democrática da representação, para a autora, compeli-
nos-ia a dar um passo além da intermitente e discreta análise de instantes eleito-
rais, do soberano enquanto vontade autorizadora, e investigar o *continuum* de in-
fluência e poder criados e recriados pelo *juízo político* (*political judgment*) e a
forma que este poder diversificado se relaciona com as instituições representati-
vas. O papel deste enunciado julgamento ou juízo político é fundamental à sua
imagem de processo:

*While it is true that the will cannot be represented, it is also true that judgment, which is an essential faculty in a political order based on opinions, majority rule, and indirect politics, can be represented. Approaching representation and participation from the perspective of judgment rather than the will makes us fully appreciate the worth of indirectness in democratic politics.*²⁶

O caráter indireto de tal processo, e o discurso enquanto mais alta forma de tal caráter abre espaço para a deliberação ao encorajar a distinção entre delibera-
ção e votação. Uma forma deliberativa de política favoreceria a representação e ao mesmo tempo forjaria uma relação entre a assembléia e os cidadãos que permitiria ao *demos* refletir sobre si mesmo e julgar suas leis, instituições e líderes. A repre-
sentação, nas palavras da autora, pode encorajar a participação política por seu

²⁴ URBINATI, 2006, p. 14.

²⁵ URBINATI, 2006, p.15.

²⁶ URBINATI, 2006, p.16.

caráter deliberativo e de julgamento, que expandiriam a política para além dos limitados decidir e votar. Ela pode se constituir em um mecanismo de auto-recriação e aperfeiçoamento da democracia. O argumento de Urbinati é que a democratização e o processo representativo compartilham uma mesma genealogia. A representação ativa um tipo de unificação política que não pode ser definida em termos de acordo contratual entre eleitores e eleitos nem em termos de um sistema competitivo.

O caráter especial do representante político não residiria no fato dele substituir um soberano ausente, mas precisamente porque não é possível substituir o soberano ausente, sendo necessário que o primeiro constantemente se recrie e esteja dinamicamente em contato com a sociedade para aprovar leis. Tal fato renderia à visão sobre as eleições enquanto um mecanismo de seleção de líderes uma análise incompleta, apesar das eleições realmente produzirem uma classe política e iniciarem uma divisão do trabalho dentro da política. Para Urbinati:

*Elections always contribute to the formulation of the country's political direction, a process the citizens activate and sustain through multiple forms of political presence, neither just as electors nor through permanent mobilization.*²⁷

É de Mark Kishlansky²⁸ a observação utilizada por Nadia Urbinati para erigir a relação entre social e político. Segundo o primeiro, eleições e representação deveriam ser analisadas em termos de uma relação entre estado (governo) e sociedade civil. A representação espelha uma tensão entre estado e sociedade, que a autora analisa sob a ótica que sempre vislumbrou o estado como agente que tolhe a sociedade liberal:

Although the electoral structure of representation has not changed much in two centuries despite the extension of suffrage, theorists should not overlook the crucial changes the democratic transformation engendered in the functioning and meaning of representation. The emergence of the "people" (the citizens) as an active political agent did not merely refurbish old institutions and categories. The moment elections became an indispensable and solemn requirement of political legitimacy, state and society could no longer be severed and the drawing of the boundaries separating – and connecting – their spheres of action became an

²⁷ URBINATI, 2006, p. 20.

²⁸ Trata-se da análise do caso inglês contida em KISHLANSKY, Mark. *Parliamentary Selection: Social and Political Choice in Early Modern England*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

*ongoing issue of negotiation and readjustment. Representation mirrors this tension.*²⁹

Note-se a referência constante à ligação, sempre acompanhada da separação. O que pode ser questionado quanto à necessidade premente de sua demarcação clara no processo. Fica evidente o postulado de que apesar da necessidade de aproximação, a sociedade deve sempre posteriormente ser mantida a distância para dar sustância ao processo, que não consegue se desvencilhar do insulamento. Nesse posicionamento é somente o imperativo de legitimidade quem traz à tona a presença e participação dos cidadãos

A representação espelha a tensão. Mas no que consistiria tal tensão? Estado e sociedade são seus dois opostos. Urbinati acrescenta que tal fricção reflete não apenas idéias e opiniões, mas idéias e opiniões sobre visões dos cidadãos acerca da relação entre estado e sociedade. Todos os clamores sociais que segundo a autora invariavelmente são trazidos para a arena política e almejam se tornar uma questão para a representação seria o reflexo de uma luta ou disputa para redesenhar as ligações entre as condições sociais dos cidadãos e a legislação.

Urbinati propõe uma análise dinâmica da representação, uma forma de existência política criada pelos próprios atores (os constituintes e o representante). Ela não pertenceria apenas aos agentes do governo ou das instituições, mas consistiria em uma forma de processo político que se estruturaria em termos da circularidade entre as instituições e a sociedade, e não estaria confinada à deliberação e decisão dentro da assembléia. Sua gradual consolidação durante o século vinte, concomitantemente à adoção do sufrágio universal refletiria a transformação democrática tanto do estado quanto da sociedade e o crescimento do complexo mundo da opinião pública e da vida associativa que proporcionam ao juízo político um peso nunca antes observado.

A autora se apóia nas afirmações de J. Friedrich³⁰, que retoma enunciados de Hannah Pitkin de forma democrática ao afirmar que a representação significaria agir no interesse dos representados, de forma reponsiva à eles. O que Urbinati

²⁹ URBINATI, 2006, p. 20-21.

³⁰ Ela se refere às análises sobre representação política contidas em FRIEDRICH, Carl J. *Constitutional Government and Democracy: Theory and Practice in Europe and America*. 4a ed. Waltham, MA: Blaisdell, 1968.

quer classificar como *political conception of representation*³¹, seria uma forma especial que requer que um governo derive sua legitimidade de eleições regulares e livres, onde a ativação de uma comunicatividade corrente entre a sociedade civil e política seria essencial e constitutiva, não apenas inevitável.

As formas múltiplas de informação e as variadas formas de comunicação e influência que os cidadãos ativam através da mídia, dos movimentos sociais, dos partidos políticos dão o tom à representação em uma sociedade democrática, *ao tornar o social político* (“*by making the social political*”³²). Tais meios seriam componentes constitutivos da representação, não acessórios. Vontade e juízo, presença física imediata (o direito de voto), e uma presença mediada idealizada (por meio do direito de discurso livre e associação livre) estariam inextricavelmente ligados em uma sociedade que seria ela mesma a viva refutação do dualismo entre a política da presença e a política das idéias já que toda presença seria um artefato do discurso.

A circularidade é um dos traços fundamentais nos termos de Urbinati, ela promoveria entre o estado e a sociedade o *continuum* do processo decisório que ligaria cidadãos à assembléia. Para justificar seu ponto ela se vale da temporalidade³³ do processo representativo como descrita nos estudos de apreensão histórica, política e sociológica de Pierre Rosanvallon. Seria a idéia de *longue durée* que Urbinati recupera, dando-lhe um novo formato:

Contrary to votes on single issues (direct democracy), a vote for a candidate reflects the longue durée and effectiveness of a political opinion or a constellation of political opinions; it reflects citizens’ judgment of a political platform, or a set of demands and ideas, over time(representative democracy has thus been regarded as a time-regime)³⁴

A autora admite que a circularidade também seria o âmago ou a racionalidade da teoria discursiva da soberania popular de Junger Habermas³⁵, o que consideraria como uma importante contribuição para a interpretação democrática da repre-

³¹ URBINATI, 2006, p. 24

³² Ibid.

³³ A discussão específica acerca de aproximações e distanciamentos nos trabalhos de Bernard Manin, Nadia Urbinati e Pierre Rosanvallon sobre as categorias de temporalidade, institucionalidade e normas/procedimentos será feita no capítulo 4.

³⁴ URBINATI, 2006, p.31. A idéia de *longue durée* e da democracia como regime no tempo é aproveitada das discussões de ROSANVALLON, 2000, p. 49, 62.

³⁵ HABERMAS, *Between Facts and Norms*, (1996), p. 299.

sentação. Por outro lado, a autora não se demora no estabelecimento de uma crítica frontal aos argumentos habermasianos:

*Yet the discourse theory provides only a partial picture of the political process of representation because while it stresses communication as “the socially integrating force” unifying the parliamentary and extraparliamentary moments, it is insufficiently attentive to the moments of rupture of that communication, moments of circuitry that bring to the floor by default the contribution of representativity to the democratic legitimacy of representation.*³⁶

Para a autora, Habermas em melhor estilo hegeliano³⁷ explica a orgânica relação entre estado e sociedade, muito melhor do que explicaria a sua crise. Nos momentos em que a continuidade entre representantes e cidadãos é interrompida e os cidadãos, pretensamente em sua análise, deveriam gerar formas extraparlamentares de auto-representação, quando formas de espontaneidade política, os novos movimentos aparecem no cenário político para enriquecer a pluralidade de vozes. O fenômeno que deveria reter atenção seria aquele que se apresenta entre o estado de normalidade e aquele evento extremo de ruptura violenta e radical da ordem legal, quando os cidadãos através de sua ativa e criativa presença entreveem e denunciam a distância política entre a nação “real” e “legal”. Mas tudo isso ocorreria sem a reclamação por parte dos cidadãos de seus poderes decisórios no processo ou “*the decision-making power*”³⁸.

É possível acrescentar às conclusões de Urbinati, que se ela vê certa ingenuidade no argumento habermasiano frente à crise, esta seria recíproca também na proposta de pensar os agentes sociais que clamam por representatividade dentro de uma realidade onde as leis estão descoladas da vida social, apenas demonstrar sua insatisfação sem almejar nenhuma participação no processo. Não foi à toa que em todo o argumento a autora reforçou a aproximação e posterior separação entre estado e sociedade, afinal, no caso de crise o primeiro pode se insular e decidir a quais clamores e se ao final a qualquer clamor ele dará a voz. Percebe-se assim perfeitamente qual é o momento de estrangulamento da permeabilidade da repre-

³⁶ URBINATI, 2006, p. 27.

³⁷ Para Hegel sobre a interação entre Estado e sociedade há que pesar suas condições históricas: “Como o espírito só é real no que tem consciência de ser; como o Estado, enquanto espírito de um povo, é uma lei que penetra toda a vida desse povo, os costumes e a consciência dos indivíduos, a Constituição de cada povo depende da natureza e cultura da consciência desse povo. É nesse povo que reside a liberdade subjetiva do Estado e, portanto, a realidade da Constituição(HEGEL, **Princípios da Filosofia do Direito**, (1820), 1997, §274, p.251).

sentação aos clamores sociais. Aqui ela estará sempre centrada na predisposição do representante, no dever-ser em confiança que é depositado no momento de decisão eleitoral, o reiterado *continuum* terá apenas na figura do representante seu maior artífice.

É neste momento que a autora lança uso da idéia de “poder negativo”:

A democratic theory of representation should be able to explain the events of continuity as well as of crisis and moreover encompass the idea that the sovereign people retain a negative power that allows them to investigate, judge, influence, and censure their lawmakers. This power is negative for two important reasons: its goal is to stop, curb or change a given course of action taken by elected representatives; and it can be expressed both via direct channels of authoritative participation (anticipated elections, referendum, and also recall if wisely regulated so that it is not immediate and above all excludes imperative mandate or instructions) and through indirect or informal kinds of influential participation (social forums, movements, civil associations, media, street demonstrations). The negative power of the people is neither independent from nor antithetical to political representation.³⁹

Tal poder negativo, ou liberdade negativa, seria o componente essencial à performance democrática representativa, uma instituição de duas faces que estaria ora voltada à sociedade, ora voltada para o estado. A representatividade seria a norma ideal⁴⁰ através da qual a liberdade negativa agiria como força revigorante e termômetro de como estaria a força integradora entre a assembléia e a sociedade. Como o simétrico oposto da comunicação enquanto força social integradora, a liberdade negativa ou poder negativo como prefere Urbinati, conectaria as normas da comunicação deliberativa (reciprocidade e publicidade) à representatividade do

³⁸ URBINATI, 2006, p. 28-29.

³⁹ URBINATI, 2006, p.28-29.

⁴⁰ Para Kant só seria possível passar de uma metafísica do direito, onde as condições da experiência são abstraídas, para um princípio da política, esta quem aplicaria conceitos aos casos da experiência, sob algumas condições. Este seria o caminho para chegar à solução de um problema de política que estivesse em conformidade com o princípio geral do direito, desde que se ressaltando três condições fundamentais. A primeira seria um axioma oriundo da definição do direito exterior onde a concordância da liberdade de um indivíduo com a liberdade de todos é regida por uma lei universal. Em segundo lugar, um postulado da lei pública exterior, sendo a liberdade para cada um garantida pela vontade unificada de todos segundo o princípio de igualdade. E por último um problema: como proceder de tal modo que uma sociedade, por maior que seja, preserve a harmonia das opiniões conservando os princípios de liberdade e igualdade. Kant resolve o problema mediante a apresentação de um sistema representativo, nas palavras do próprio autor: “O que constituirá então um princípio da *política*, cuja organização e disposição devem conter decretos que, sendo tirados do conhecimento experimental dos homens, visam apenas ao mecanismo da administração do direito e à maneira como esta será adequada ao seu fim. O direito nunca deve ser adaptado à política, mas a política é quem deve ajustar-se ao direito.” KANT, Sobre um suposto direito de

representante. Aqui aparece a tentativa também trazida de Kant em equilibrar liberdades negativas e positivas. Para Kant a liberdade seria o caminho para a explicação da autonomia da vontade:

A vontade é uma espécie de causalidade dos seres vivos, enquanto racionais, e liberdade seria a propriedade desta causalidade, pela qual ela pode ser eficiente, independentemente de causas estranhas que a determinem; assim como necessidade natural é a propriedade da causalidade de todos os seres irracionais de serem determinados à actividade pela influência das causas estranhas. A definição da liberdade que acabamos de propor é negativa e portanto infecunda para conceber a sua essência; mas dela decorre um conceito positivo desta mesma liberdade que é tanto mais rico e fecundo.⁴¹

Desta forma, a teoria democrática de Urbinati pretende conciliar a concepção minimalista de democracia com a concepção deliberativa habermasiana, para alcançar o objetivo de compreender o mundo complexo da democracia representativa por ela proposto. No caso da primeira, focar na votação como solução temporária do conflito político mostra onde se posiciona a vontade autorizadora para fazer leis, mas não fornece a imagem completa do jogo democrático responsável por colocar em ação a vontade e dar-lhe forma. No caso da segunda, centrar na força integradora da comunicação lança pouca luz sobre as fricções políticas que a representatividade da representação traz à tona, uma qualidade que é tanto um problema de forma quanto de oscilação e uma construção ideológica que esta sempre aberta à revisão e reestruturação.

Pensar tais questões requer uma análise da representação política enquanto processo, mas não apenas isso. Urbinati almeja retrucar as relações normalmente estabelecidas entre concepções de democracia e soberania. Segundo a autora, qualquer estudo sobre o *status* e normas envolvidas na representação e também em sua consistência democrática, levam inevitavelmente ao significado da soberania popular, ou a articulação da igualdade, e o tipo de participação que estaria aí subsumida. Em todos os momentos, seja argumentando sobre a representatividade, seja a capacidade de responsividade que o representante seria capaz de produzir ou não, seja corajosamente ao falar das rupturas ou mesmo da participação que a idéia de igualdade traz à discussão, em todos os casos o que está em debate, apesar de não dito exatamente desta forma, é como tratar a questão da insatisfação

mentir por amor à humanidade, vol. IV, p. 637-643, In **Immanuel Kant: textos seletos**, 2005, p.76-77.

⁴¹ KANT, **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**, [1786], 2007, p.93

social frente ao processo político, em especial quando a igualdade (e a desigualdade, claro) lançam o problema da participação.

O tema da insatisfação, como aqui proposto, fica mais nítido na categoria que Urbinati enumera ao lado da representatividade como grande propulsora de sua democracia representativa. Será a “miraculosa defesa” (ou *advocacy*⁴²), que ao contrário da democracia direta, compeliará os cidadãos a transcender o ato de votar em um esforço repetitivo em correlacionar o peso de idéias ao peso dos votos. Para tanto, a autora se vale dos argumentos de Thomas Paine⁴³ para afirmar que opiniões e crenças são capazes de converter o poder em um interminável processo político. A representação atualizaria tal processo ao exaltar o mundo público das idéias e o meio que pode representar o discurso, ambos os quais, segundo ela, tornam os votos mais significativos do que uma porção infinitesimal da vontade geral. Ao fim Urbinati admite:

*To sum up, limited government requires elections, but it is advocacy and representativity (the link to society) that give the originally undemocratic institution of representation a uniquely democratic feature and raise, when they are defective, the specter of a “crisis”.*⁴⁴

Urbinati retrata muito bem o caráter disputado e discursivo da política. Aliás, enquanto se refere a sua imagem do processo de representação, seu intuito além de classificá-la como processo, é evidenciar seu formato duplo, ao mesmo tempo social e político. Ela usa sempre as palavras deliberação e querela, não exatamente disputa. Toda a parte do conflito está mais voltada para a sociedade e não para a institucionalidade, que garantiria a ordem. É através da discussão sobre as qualidades trazidas pelo discurso e pela opinião que a autora engenhosamente busca cativar o leitor, ao descrever como o papel público do discurso e das opiniões é celebrado no processo de representação, onde uma multidão concreta de indivíduos supostamente transpõe sua irreduzível singularidade e converge em intenções e plataformas políticas comuns.

É como se o processo representativo tivesse duas etapas, a conflitiva sempre na esfera social, e a unificadora na política em si (*politics*), que apenas pode ser

⁴²URBINATI, 2006, p.32-33.

⁴³ Sua fonte é PAINE, Thomas. *Collected Writings*. Selected by Eric Foner. New York: Library of America, 1995, URBINATI, 2006, p.308.

⁴⁴ URBINATI, 2006, p. 33.

configurada através das eleições, reiterando uma relação que a leitura atenta pode enumerar como ordem(política)/desordem(social):

*Citizens who enjoy an equal chance to address their political community(either by direct presence or by representation) invariably perceive the political sphere as an arena that allows them to resolve, and in this sense satisfy, their needs. Although not directly instrumental to social interests, democratic politics cannot be a socially disconnected activity. Representation is supposed to reflect/interpret/idealize the nascent political identity of social claims in a society that should afford its citizens an equal right to advocate for their interest and acquire discursive visibility. In sum, the challenge of political representation in a democracy is to nourish the relationship between social conflict and the unifying process of politics so as to ensure that neither succumbs to the pressure of the other.*⁴⁵

Pode ser destacada aqui, além da polarização descrita acima, a tentativa de descrever novamente a representação como o mecanismo do dever ser, pretendese dela o refletir, interpretar e idealizar dos anseios políticos sociais, dentro de uma sociedade que deveria permitir aos seus cidadãos direitos iguais de defesa dos seus interesses e da possibilidade de adquirir visibilidade para seus discursos. O paralelo ordem/desordem também é descrito como geral e particular, ou as partes e o todo:

*Representation is the institution that allows civil society (in all its components) to identify itself politically and to influence the political direction of the country. Its ambivalent nature – social and political, particular and general – determines its inevitable link to participation.*⁴⁶

A ligação inevitável com a participação também aparece. A autora afirma que os representantes, realmente, nunca poderão interar-se sobre o que as pessoas querem e o que almejam, e a relação entre representante e representado nunca se tornará uma relação perfeita. Ao caráter já descrito do dever ser, somam-se aqui uma verdadeira série de pré-requisitos que muito aproximam Urbinati da ingenuidade que ela descreveu quando se referiu à não previsibilidade de crise da teoria habermasiana:

While it defies cognitivism, democratic representation is contingent upon much more than simply electoral procedures. It requires robust local autonomy and

⁴⁵ URBINATI, 2006, p.35, grifo meu.

⁴⁶ URBINATI, 2006, p. 37.

*freedom of speech and association as well as some basic equality of material conditions...it also demands an ethical culture of citizenship that enables both the represented and the representatives to see partisan relationships as not irreducibly antagonistic and their advocacy not as an unconditional promotion of sectarian privileges against the welfare of the role.*⁴⁷

Sendo assim, para além dos pré-requisitos comuns eleitorais, da liberdade de expressão e associação, para haver representação devem existir algumas condições básicas de igualdade material, cultura ética de cidadania (difícil perceber o que exatamente pode caber nesses dois tópicos), sem partidarismos antagônicos e o todo deve ser sempre privilegiado. No final, Urbinati acrescenta, o voto acaba por ser o único canal em seu modelo, o único meio para punir e ameaçar governantes que não atuam como o esperado. Não há como refutar, a representação só é possível, e funciona bem, em determinados grupos onde existem tais pré-requisitos.

Assim, ao mesmo tempo em que é esperado do representante que este haja segundo sua razão para julgar conforme interesses gerais, mais do que interesses particulares de eleitores, é conhecido que os cidadãos não são socialmente iguais e são culturalmente diferentes e potencialmente desiguais. Porém, ao mesmo tempo, buscam igualdade através da ação política e da lei, sendo impossível que os representantes ignorem suas vozes e demandas. Se por um lado a igualdade impele o representante ao afastamento, por outro lado ela requer que haja proximidade em relação às particularidades, especialmente quando estas são ligadas a desigualdades sociais. Poderia se supor como plausível em acréscimo ao ponto de Urbinati, que onde a desigualdade fosse maior, mais tentadora seria a tendência de que os representantes atendam a esses clamores e que seu não atendimento gere insatisfação e lacunas de representatividade ao processo.

Voltando à relação entre o todo e suas partes, Urbinati apresenta uma interessante relação entre eleitor e eleito. A autora descreve essa relação, não do representante com uma nação una, ou um todo nacional, mas apenas do representante com seus eleitores. É dessa forma que ela tentará contornar a questão da insatisfação:

⁴⁷ URBINATI, 2006, p. 39.

*Representation is itself a denial of plebiscitarian and populist democracy because in order to acquire the moral and political legitimacy to make laws for all it must articulate pluralism but not superimpose an unreflective unity over an indistinct mass of individuals. Representation is a process of unification, not an act of unity.*⁴⁸

Esta subsumida a noção de pluralidade em sua concepção de processo político. Ela propõe que ao invés de considerar o soberano como uma entidade ontológica coletiva, é possível pensar a soberania como um processo unificador inerentemente plural. Para tanto ela utiliza a interpretação da soberania em termos de juízo (*judgment*) e vontade geral imaginada (*as if*). Para tanto ela se vale de definições kantianas utilizadas na discussão da república representativa advindas de sua concepção enquanto *noumenon*.⁴⁹ Ela utiliza especialmente a noção de que a representação não era apenas um expediente prático a quem cabia tomar o lugar de algum modelo ideal de democracia direta.

A oposição entre representativo e não representativo seria tratada em termos de juízo (*judgment*) enquanto vontade geral, e um caráter caprichoso (ou a vontade arbitrária). A representação passa a denotar uma concepção do público que estaria emancipada do critério particular e de relações de poder e estruturada normativamente de modo que cada cidadão era tido como capaz de fazer julgamentos sobre questões públicas, apesar de apenas alguns ocuparem temporariamente a performance de funções governamentais. Para a autora, tanto Sièyes quanto Con-

⁴⁸ URBINATI, 2006, p.133.

⁴⁹ URBINATI, 2006, p. 162. A expressão *noumenon* (ou termo "*Ding an sich*",) é usado por Kant em oposição a *phenomenon* ("*Erscheinung*"). Como no trecho: "Este experimento da razão pura é muito semelhante ao que os químicos chamam às vezes de experimento de *redução* ou, mais comumente, de *procedimento sintético*. A *análise do metafísico* separa o conhecimento *a priori* em dois elementos heterogêneos, a saber: o das coisas como fenômenos e o das coisas em si mesmas. A *dialética* torna a juntar esses dois elementos e os põe em *harmonia* com a idéia racional necessária do *incondicionado* e descobre que esta harmonia nunca se produz senão mediante a aludida distinção que, portanto, é verdadeira". (KANT, Prefácio à segunda edição da Crítica da razão pura(1787), In : **Immanuel Kant: textos seletos**, 2005, p. 31.) Sobre o caráter de mudança na representação em Kant, podemos acrescentar: "a representação de alguma coisa de *permanente* na existência não é idêntica à *representação permanente*; pois uma representação pode ser muito mutável e variável, com o são todas as nossas representações, mesmo as da matéria, sem contudo deixar de referir-se a algo de permanente; este permanente será pois a uma coisa distinta de todas as minhas representações e exterior a mim, e cuja existência está necessariamente incluída na determinação de minha própria existência, com a qual constitui uma só experiência que nem sequer se realizaria interiormente se não fosse ao mesmo tempo(parcialmente) exterior. O "como" não é menos inexplicável, neste caso, do que o "como" pelo qual pensamos, em geral, o que é fixo no tempo e cuja coexistência com o cambiante produz o conceito de mudança." (KANT, Prefácio à segunda edição da Crítica da razão pura [1787], In : **Immanuel Kant: textos seletos**, 2005, p. 43.)

dorcet souberam traduzir essa concepção no modelo de governo representativo que foi posteriormente implementado.

A inovação de Kant para Urbinati estaria na forma como ele analisou a *forma imperii* (poder soberano), ou seja, a relação entre poder e vontade. Opondo o *imperium paternale*(governo paternal) ao *imperium, non paternale, sed patrioticum* (governo patriótico) , duas formas de agir podem ser identificadas. Seria a autonomia do juízo quem tornaria o indireto legítimo, o fato de tanto aquele que legisla quanto o que é legislado são capazes de fazer o *as if judgment*, podendo imaginar a si mesmo no lugar do outro.

3.3.

Pierre Rosanvallon⁵⁰ - um novo terreno interpretativo da representação política

Uma das questões levantadas por meus pares no decorrer de preparo desta pesquisa, freqüentemente inquiria sobre a origem e pertinência dos autores escolhidos para discussão. Como Manin e Urbinati, Rosanvallon também não é um estranho para a academia brasileira. Apesar de apenas um de seus textos *Histoire Conceptuelle du Politique*⁵¹ estar traduzido para o português, suas idéias tem sido ponto de apoio para diferentes discussões sobre a democracia no Brasil⁵². Há pelo menos trinta anos desenvolvendo suas reflexões sobre democracia e liberalismo e tendo quinze livros publicados nos mais diversos idiomas⁵³, com inúmeros artigos publicados nos mais diversos países, a divulgação ampla de sua obra se deve em parte à contemporaneidade de suas discussões acerca da democracia. Seus estudos

⁵⁰ Atualmente professor no *Collège de France*, onde é titular da cadeira *Histoire moderne et contemporaine du politique*. O autor é também diretor da *École des Hautes Études en Sciences Sociales* e presidente do atelier intelectual internacional *La République des idées*.

⁵¹ Refiro-me a publicação de (1995) “Por uma História Conceitual do Político (nota de trabalho)”. **Rev. Bras.de Hist.** São Paulo: v.15, no 30, pp.9-22.

⁵² Esta range de temas diferentes vai desde a judicialização da política como descrita por Vianna, Rezende e Burgos (2002) pensando a soberania complexa segundo Rosanvallon; até Lavalle, Houtzager e Castello(2006) discutindo sociedade civil e representação política, bem como o poder moderador e a monarquia brasileira como Lynch (2007).

⁵³ Hoje, além do idioma francês é possível encontrar alguns de seus principais textos em português, espanhol, italiano, inglês, norueguês, japonês, chinês, húngaro, esloveno, grego, alemão, russo, polonês e romeno.

de história e filosofia política podem ser divididos em três direções que veremos a seguir.

Tendo começado sua trajetória acadêmica de modo peculiar, nos idos dos anos 70 Pierre Rosanvallon ainda atuava como secretário confederado de um sindicato francês, a CFDT, onde era responsável por estudos econômicos e redator chefe da revista de reflexão deste sindicato.⁵⁴ Nesta época, era ainda como interventor social e político que o autor publicava suas reflexões sobre um dos temas centrais no período, a idéia de autogestão, que servia para organizar idéias alternativas sobre as necessárias transformações da democracia representativa de então. A primeira fase de seu trabalho se caracteriza exatamente por compreender que é partindo das dificuldades e dos problemas materiais da vida democrática que se deve refletir. É assim que o autor se refere a essa passagem de sua trajetória intelectual:

*Alors que beaucoup de gens se contentaient simplement d'opposer démocratie directe et démocratie représentative, je voulais comprendre ce que j'ai appelé la question de l'entropie démocratique et donc la dégradation de « l'énergie démocratique ». Pour ce faire, j'ai commencé à rédiger, en même temps que je publiais **L'Âge de l'Autogestion**, un livre qui était davantage un manifeste politique, **Pour une Nouvelle Culture Politique**. A partir de ce moment, je me suis donné un programme de travail pour revenir à une compréhension sociologique et historique des difficultés de la démocratie. Pour cela, j'ai continué à réhabiliter tous les sociologues réalistes de la démocratie de la fin du XIXe siècle.*⁵⁵

Foi neste momento que travou contato com Claude Lefort, quem teria importante papel em sua trajetória futura, especialmente na sua concepção de política enquanto dissenso e não consenso:

*J'ai contribué à faire rééditer en France le fameux livre de Roberto Michels sur les partis politiques et j'ai moi-même réalisé une édition commentée du grand livre d'Ostrogorski **La démocratie et les partis politiques**, publiée en 1979 aux Éditions du Seuil. C'est dans ce cadre là aussi que je me suis lié intellectuellement avec Claude Lefort, qui venait de publier un ouvrage intitulé **Le Travail de l'Oeuvre Machiavel**, fruit du travail d'un philosophe de la politique, partant d'une compréhension très réaliste et très matérielle des difficultés de la démocratie dans une société de dissensus. C'est donc cela qui a, en quelque sorte, orienté ma*

⁵⁴ Quando publica seu primeiro livro *L'Âge de l'autogestion*, Le Seuil, coll. Points politique, 1976.

⁵⁵ ROSANVALLON, 2006a, p.1.

*réflexion pour passer d'une analyse idéaliste à une analyse réaliste de la politique*⁵⁶.

Mas foi o encontro com François Furet que proporcionou a sua guinada para academia. A vontade de refletir de forma realista sobre a política fez com que Rosanvallon escrevesse *Le Capitalisme Utopique*⁵⁷. Para o autor seria o que classifica como uma visão *naïf* da política uma das matrizes do totalitarismo. Este, só teria sido possível exatamente por não haver uma visão realista dos mecanismos políticos. Ao pesquisar as origens do liberalismo, o autor buscava apontar como o liberalismo havia emergido como forma de negação da política, e como Adam Smith se afirmara como uma grande figura contra Rousseau. Adam Smith surgia ao fundo como o organizador do pensamento sobre como funcionar a política, que propusera os meios de organizar a sociedade e de estabelecer a harmonia, sem passar pelo contrato social. Assim, muitos dos livros de Smith foram marcados pela noção de oposição entre a noção de contrato e a de mercado. Foi após este tipo de reflexão que François Furet convidou Rosanvallon para a *École des Hautes Études*.

A segunda virada de seus estudos a partir de 1980 centrou-se na necessidade de que para seguir a reflexão realista sobre a democracia, seria necessário compreender melhor a sua história. Foi assim que explorou a tese do Estado, e publicou sua obra sobre Guizot, tudo isso para ampliar o entendimento sobre a cultura liberal. Cabe lembrar que não era apenas Rosanvallon quem fazia este movimento de reflexão, ao mesmo tempo discutiam sobre isso François Furet, e também Michel Foucault, que entre 1978 e 1980 ministrava cursos no *Collège de France* sobre a história do liberalismo e especialmente sobre o liberalismo alemão.

Sua orientação para estudar a experiência democrática francesa se debruçou sobre três temáticas. Um livro sobre a cidadania, considerando que esta não é apenas uma forma de pertencimento, mas uma forma de poder social. As definições de democracia são sempre avaliadas pelo autor como muito expansivas (*très larges* em seus próprios termos). No centro destas amplas definições de democracia estaria sempre a questão de saber se a democracia é um regime de participação política ou simplesmente um regime de igualdade em dignidade. O autor também

⁵⁶ ROSANVALLON, 2006a, p.2.

tratou dos temas sobre representação e soberania. São estes os principais traços desenvolvidos na trilogia *Le Sacre du citoyen. Histoire du suffrage universel en France* (1992), *Le Peuple introuvable. Histoire de la représentation démocratique en France* (1998), *La Démocratie inachevée. Histoire de la souveraineté du peuple en France* (2000).

Após estudar durante anos o Estado e a democracia francesa, Rosanvallon começou a desenvolver uma perspectiva comparativa, especialmente em relação à história americana e inglesa. Foi assim que o autor considera ter se preparado para novamente se voltar às suas primeiras indagações. Sua publicação mais recente e cuja temática de novas demandas políticas será desenvolvida à diante, *La Contre-Démocratie, La politique à l'âge de la défiance* (2006) é uma tentativa de retomar, com novos argumentos, seus trabalhos dos anos 70. A tentativa é retomar as diferentes questões envolvidas nas transformações da atividade democrática. As principais influências de seus trabalhos o autor não reluta em descrever, e a quem tributa a interdisciplinaridade de seus estudos:

Disons que j'ai eu la chance de travailler avec un groupe de personnes qui souhaitaient justement dépasser les approches trop étroites. Deux d'entr'elles, qui étaient en quelque sorte des compagnons de travail, m'ont directement influencé. Le premier a été François Furet qui, comme professeur, comme historien, croyait que pour avancer en histoire il fallait être plus proche de la philosophie politique. Le deuxième a été Claude Lefort, qui était un philosophe soucieux des problèmes de la politique contemporaine, et en même temps, un grand lecteur d'histoire. Les deux pensaient également que les sciences sociales, notamment la sociologie politique, devaient aussi être prises en considération... J'essaie de faire une théorie politique d'une nature telle, qu'elle soit justement non simplement un composé, mais le croisement et le dépassement des différentes approches disciplinaires.⁵⁸

Foi através do estudo de caso francês, que Rosanvallon conseguiu objetivar em um segundo momento, algumas sugestões de enfoques necessários que suplantariam a especificidade francesa:

Ce qui n'a cessé de me frapper en développant mes recherches comme historien, c'est de voir à quel point les questions et contradictions de la démocratie se retrouvent dans toute l'histoire de la démocratie. Il est donc impossible de faire l'histoire de la Révolution Française et de la Révolution Américaine, ou des révolutions dans le monde hispanique, dans le monde de l'Amérique Latine, sans voir à quel point, par exemple, la question de la représentation a toujours été à la

⁵⁷ ROSANVALLON. *Le Capitalisme utopique. Histoire de l'idée de marché*, Le Seuil, coll. Sociologie politique, 1979, 257 p. Nouvelle édition coll. Points politique, 1989 ; Points essais, 1999.

⁵⁸ ROSANVALLON, 2006a, p.4.

*fois une solution et un problème, et d'observer comment les définitions de la citoyenneté ont toujours été au centre de luttes, de controverses, de perplexités.*⁵⁹

A respectiva afirmação é clara, seja na revolução francesa, na revolução americana ou nas revoluções do mundo hispânico e na América Latina, é possível notar que a questão da representação aparece ora como um problema ora como uma solução. Seria fundamental observar como as definições de cidadania sempre estiveram presentes no centro de lutas, controvérsias e perplexidades na história da democracia. Uma sugestão importante que o trabalho de Pierre Rosanvallon pode fornecer ao estudo da representação política e da democracia para a América Latina e em especial para o Brasil, e que figura dentre os objetivos da presente dissertação, é a análise das tensões estruturantes da democracia. Tal análise seria concomitante à investigação sobre como a história da democracia muitas vezes pode ser lida como a história das respostas que podem ser formuladas a essas contradições, como resultado da experiência da confrontação destas tensões.

É desta forma que o autor busca conjugar uma história ao mesmo tempo intelectual e prática. Seu escopo maior estaria em perceber quais são as diferenças e similaridades destas tensões que permitiriam comparar as diferentes experiências da democracia. Seria neste contexto que apareceria a contra-democracia:

*Je dirais que la situation de la démocratie, justement, nous semble aujourd'hui caractérisée par le fait qu'aux tensions structurantes, des problèmes de la citoyenneté ou la représentation et de la souveraineté, s'ajoute dorénavant un type de problème tout à fait nouveau, celui de la transformation du paysage de ce que j'ai désigné comme constituant l'univers « contre-démocratique », c'est-à-dire l'univers constitué par les différentes manifestations de la défiance des citoyens vis-à-vis des pouvoirs. Les grands problèmes de la démocratie contemporaine mènent ainsi à un nouveau cycle de questions.*⁶⁰

A intenção de Rosanvallon é tentar tornar clara uma das principais questões identificadas no contexto democrático, como equilibrar os problemas da cidadania, da representação e da soberania. É a tensão constitutiva democrática já descrita no segundo capítulo, a tentativa de equalizar a representação política frente aos ideais democráticos de participação e soberania popular.

O objetivo investigativo deste capítulo é mostrar como a forma em que esta tensão é considerada, e se mesmo ela é considerada sob qualquer pretexto, pode

⁵⁹ ROSANVALLON, 2006a, p.5.

trazer contornos especiais para a análise que se pretende enumerar. No caso de Nadia Urbinati e Pierre Rosanvallon, as diferentes formas de análise do social e do político exibem diferentes combinações para o tratamento destas tensões constitutivas. Nesta seção será observado como Pierre Rosanvallon não apenas aceita e ressalta a tensão, mas fará dela o objeto para pensar novos mecanismos que caracterizariam uma nova forma de conceber a política.

3.4.

O social e o político para Pierre Rosanvallon: o *trabalho da representação*

A democracia é o poder do povo. Depois de pelo menos dois séculos, ainda hoje a democracia é vista como o horizonte evidente do bem político. Porém, para Rosanvallon, ela aparece como inalcançável, ou não realizável (ou *inachevée*). Esta linha de raciocínio ressalta muitas questões que podem ser enfrentadas. Haveria uma lacuna nos termos considerados tanto na análise da democracia como na concepção de sociedade e sua forma de coexistir. Em suas análises investigativas sobre o que é o social e o político, Rosanvallon realiza um adensamento da discussão ao propor que o que se entende por social estaria um tanto naturalizado e por isso mesmo deveria ser posto em revista.

Não apenas nos lugares onde é timidamente concebida ou caricatural a democracia aparentaria certa incompletude. É nos locais onde é mais consolidada que este tipo de reação assustaria:

*Mais elle (democratie) semble toujours inachevée. Pas seulement là où elle est timidement condescrite ou grossièrement caricaturée. C'est aussi sur ses terres d'origine, dans les lieux où elle a été le plus tôt affirmée et célèbre, en Europe e aux États-Unis, qu'elle paraît également incertaine d'elle même et vacillante.*⁶¹

Muitos sintomas serviriam como testemunhas dessa situação, fenômenos de retração que ilustram o problema da abstenção ou não inscrição nas listas eleitorais, acentuação da divisão ou distanciamento entre o povo e as elites que gera um sentimento de abandono social, dentre outros. Tal diagnóstico merece ser mais

⁶⁰ROSANVALLON, 2006a, p.6.

⁶¹ROSANVALLON, 1998, p.11.

bem elaborado e desenvolvido, mas a impressão do conjunto seguirá a mesma: as democracias são muito marcadas pela decepção, como se elas encarnassem um ideal traído e desfigurado. Seria o que o autor classifica como o mal-estar democrático (*malaise dans la démocratie*⁶²).

A idéia de democracia como poder do povo é um imperativo ao mesmo tempo político e sociológico, pois implica em paralelo um movimento de definição de um regime de autoridade e um sujeito que lhe exerce. Mas tal sujeito é um tanto obscuro. Se o princípio da soberania do povo é um dos evidentes fundadores da política moderna, sua realização é imprecisa e de difícil captura ou percepção. Desde suas origens, e neste ponto Rosanvallon está lado a lado com o argumento apresentado por Bernard Manin, a definição do regime moderno foi marcada por uma dupla indeterminação, concernindo tanto no modo de encarnação de seu modelo como nas condições para pôr em prática o poder democrático.

Nos dois casos, o problema gira em torno da questão da representação e suas duas acepções de mandato e figuração (*mandat e figuration*⁶³). É também na representação onde se revela em sua face mais tangível a distância entre o caráter evidente e irresistível dos princípios democráticos e o aspecto problemático de alcançá-los. Assim se manifesta, já como ponto de partida, uma tensão entre a definição filosófica da democracia e a sua organização de fato. O ponto importante aqui aparece, a distinção entre a discussão de Nadia Urbinati sobre o dever ser da representação e a preocupação institucional de Pierre Rosanvallon em dar forma política ao social.

Rosanvallon explica que entre os próprios teóricos do governo representativo, houve muita confusão. Houve aqueles que o acreditaram como um tipo de regime intermediário, associando poderes populares e valores aristocráticos. Outros o inscreveram em uma perspectiva mais geral de uma divisão de funções que faria da política um campo especializado gerido por especialistas. As diferentes definições de governo representativo à época de sua elaboração oscilavam entre defini-

⁶² ROSANVALLON, 1998, p.11-29.

⁶³ Rosanvallon chama atenção para o fato de que na língua alemã, ao contrário do francês, existem dois termos distintos, *Repräsentation* (figuração simbólica) e *Stellvertretung* (mandato), para designar cada uma dessas noções. ROSANVALLON, 1998, p.13. Sobre a problemática dos ideais liberais e sua realização, já à época da República de Weimar, Carl Schmitt (crítico conhecido do liberalismo), chamaria a atenção para o fato de que as instituições liberais e as idéias que lhes serviriam de fundamento já não seriam capazes de dar conta da nova realidade surgida com as demo-

ções contraditórias tanto filosóficas quanto técnicas⁶⁴. Tais contradições, porém, não foram apenas questões semânticas, a adoção de modelos constitucionais atrelados às expectativas geradas, conduziram a um descontentamento popular acompanhado pela percepção de insuficiência constitucional.

Um novo terreno interpretativo da representação política pode ser considerado quando Rosanvallon enumera tal contradição como uma fricção entre o princípio político da democracia e seu princípio sociológico. O princípio político que estabelece a supremacia da vontade da maioria confia ao povo o poder, no momento em que o projeto de emancipação que a política moderna veicula conduz paralelamente à abstração do social. Esta contradição mostra de outra maneira o problema posto pela consagração política simultânea da figura do cidadão e da figura do povo na democracia. Existe a elevação concomitante do indivíduo por extensão de seus direitos pessoais e da coletividade pela devolução do poder após a derrocada do absolutismo.

Aparece um problema de congruência entre uma lógica do direito e uma lógica do poder. Dizendo de outro modo, seria a tensão entre o unitário e o múltiplo, entre o singular e o plural, o individual e o coletivo. Cidadão e povo se superpõem exatamente à tensão entre direito e poder. As ligações entre liberalismo e democracia se referem indissociavelmente a uma tensão sociológica e a uma tensão jurídica.

Mas a menor visibilidade do social que advém do poder crescente do sujeito coletivo não viria exatamente do advento do “indivíduo” na cena social, no lugar dos antigos corpos e comunidades sociais. Sua origem estaria ancorada no imperativo de igualdade, a requisição que se faça de cada um, um sujeito e um cidadão à parte e completo, implicam considerar os homens de maneira relativamente abstrata. Todas as suas diferenças e distinções devem ser mantidas à distância, para não considerá-las além de sua comum e essencial qualidade: a do sujeito autônomo. Dizendo de outra maneira, seria o jurídico sagrado do indivíduo que conduziria a rejeitar como arcaico e insuportável toda apreensão substancial do social.

Assim, a sociedade democrática promove por esta razão uma negação radical de toda organicidade, uma crítica permanente das instituições que pudessem

cracias de massas. (FERREIRA, Bernardo. **O Risco do político**: crítica ao liberalismo e teoria política no pensamento de Carl Schmitt, 2004, p.193-211).

⁶⁴ Como explanado no segundo capítulo.

ligar os homens a alguma natureza, fazendo-os com isso dependentes de um poder que lhes é exterior. A empresa moderna impôs um des-substancializar do social para lhe substituir por uma pura cotização: as condições de equivalência e de comensurabilidade entre indivíduos independentes. O social perde toda a consistência própria para dar lugar a um princípio formal de construção jurídica, pode-se dizer que substância e procedimento se confundem.

Na ordem econômica trata-se do triunfo do mercado, que ilustra a grande transformação das relações entre os homens, prolongando o trabalho de secularização política e afirmação de proeminência do indivíduo. Com o advento da economia de mercado se cria um espaço de comensurabilidade puramente instrumental. Em todos os domínios, os avanços da autonomia e o desenvolvimento da abstração caminham lado a lado. É aonde se destaca uma tensão estruturante da modernidade: o vetor do progresso é em si indissociável do que gera o problema. Emancipação e alienação caminham juntas.

Para Rosanvallon, a sociedade moderna não parou de radicalizar o caráter convencional e abstrato do laço social. O desenvolvimento das convenções e das ficções jurídicas está na verdade ligado à preocupação de garantir uma igualdade de tratamento entre indivíduos por natureza diversos e instituir um espaço comum entre homens e mulheres fortemente diferentes. A ficção é neste sentido uma condição de integração social em um mundo de indivíduos, enquanto nas sociedades tradicionais, são ao contrário as diferenças que são um fator de integração. Por tudo isso, a democracia se inscreve duplamente em um regime de ficção. Sociologicamente, por formar simbolicamente o povo enquanto um corpo artificial, mas tecnicamente também. O desenvolvimento de um estado de direito pressupõe a generalização do social, sua abstração, a fim de torná-lo governável por regras universais. O formalismo constitui um tipo de princípio positivo de construção social na democracia, mas ele trouxe ao mesmo tempo uma incerteza maior na constituição de uma coletividade sensível.

Na democracia o povo não possui forma: ele perde toda a densidade corporal para tornar-se nome, quer dizer uma força composta de iguais, de individualidades puramente equivalentes sob o reino da lei. É isto que exprime em sua face radical o sufrágio universal: ele marca o advento de uma ordem serial. A sociedade não é composta por mais do que vozes idênticas, totalmente substituíveis, reduzidas no momento fundador do voto a unidades contabilizáveis que se amonto-

am nas urnas: a sociedade se transforma em um fato puramente aritmético. A substância se esvai completamente, redobrando os efeitos da abstração ligada à constituição puramente procedimental do social. Nem o povo, nem a nação, não têm um lugar sensível, eles serão construídos com a dupla segurança da visão política e intelectual.

O nomear abstratamente o povo, não retrata apenas a turba (*la foule*), poder anônimo e incontrolável, junto com o cortejo de fantasmas que assombraram governantes ou poderosos. O nomear importa também a idéia daquilo que não se pode classificar ou descrever, do que não possui forma, literalmente irrepresentável, daquilo que ameaça mais profundamente a identidade. Esta transformação de uma população em série é ao mesmo tempo uma condição de igualdade e um problema para a identidade. Aparece como promessa de uma nova igualdade e antítese da dissolução, se estendendo por todo o século XIX, o que permanentemente apresenta a indagação sobre a possível dissolução entre o princípio sociológico e político da democracia.

Tais problemáticas da democracia exibem seus termos quando relembramos o advento do comunismo, do fascismo ou do nazismo surgidos sob os escombros da primeira Grande Guerra. Eles apareceram como respostas plausíveis para o descontentamento em relação às tentativas de dar forma aos ideais democráticos daquele momento. Mas em seguida, as ligações entre representantes e representados, como já explorado no segundo capítulo foram sendo seguidamente contestadas por autores como Michels e Pareto⁶⁵. Cada um à sua maneira tentava mostrar condições sob as quais a aristocracia renascia na democracia. Até mesmo Max Weber faz coro quando afirma que a noção de vontade do povo não é mais do que uma ficção.⁶⁶ A chave de entendimento weberiana baseada na idéia de dominação não deixa espaço para a possibilidade de algum tipo de representação da “vontade do povo”, ou se obedece à pessoa, ou à lei:

La posición dominante de las personas pertenecientes a la organización mencionada frente a las “masas” dominadas se basa siempre en lo que recientemente se há llamado la “ventaja del pequeño número”, es decir, en la

⁶⁵ MICHELS, Robert. **Sociologia dos Partidos Políticos**. Brasília: UNB, 1982 e PARETO, Vilfredo. Tratado de sociologia geral. In: RODRIGUES, José Albertino (Org.). **Vilfredo Pareto: sociologia**. São Paulo: Atica, 1984.

⁶⁶ Max Weber (1908) em carta à Robert Michels citada por Wolfgang MOMMSEN, *Max Weber et la politique allemande*, 1890-1920, Paris : PUF, 1985, apud ROSANVALLON, (2000), p. 379.

*possibilidade que tienen los miembros de la minoría dominante de ponerse rápidamente de acuerdo y de crear y dirigir sistemáticamente una acción societária racionalmente ordenada y encaminada a la conservación de su posición dirigente*⁶⁷.

Para Weber, melhorar o quadro da dominação estaria na encarnação de sua forma burocrática-legal. É dentro das estruturas de dominação que figuraria a representação. Ela apresentaria algumas formas típicas como a representação apropriada (mais antiga e ligada à dominação patriarcal e carismática), a representação estamental (por direito próprio, mas quando seus efeitos vão além da pessoa do privilegiado, atingindo camadas não privilegiadas), a representação vinculada (quando representantes eleitos tem sua ação limitada por mandato imperativo e direito de revogação e depende do consentimento dos representados) e a representação livre. Neste último tipo o representante por regra deve ter sido eleito e não estaria ligado a nenhuma instrução. O representante só deveria ater-se ao caráter de dever moral a que estão submetidas suas próprias convicções objetivas. Por isso mesmo a representação livre estaria exposta às lacunas nas instruções legais o que fez com que nas modernas representações parlamentares de seu tempo Weber pontuasse que o verdadeiro sentido da eleição de um representante acabava convertendo o eleito em um “senhor” investido por seus eleitores e não um “servidor” dos mesmos.⁶⁸

⁶⁷ WEBER, Max. *Economía y Sociedad, Esbozo de Sociología Compreensiva*, 1984, p. 704. À questão da dominação e sobre que princípios últimos poderia se apoiar a validade, a legitimidade e a forma de domínio, ou seja, a exigência de obediência dos funcionários frente aos dirigentes e dos dominados frente à ambos é que o autor apresenta a conhecida noção de dominação legal em virtude de um estatuto. Ela aparece em contraponto às dominações tradicional e carismática. O tipo mais puro de dominação legal seria a dominação burocrática. Nela estariam compreendidas a estrutura moderna do Estado e do município. A obediência neste caso se daria não em relação a uma pessoa mas em razão da própria regra instituída, que estabelece ao mesmo tempo a quem e em que medida se deve obedecer. WEBER, 1984, p. 707.

⁶⁸ Weber também apresentará em separado a representação de interesses, ligada à conexão com a economia. No ambiente corporativo, esta se figuraria na representação funcional, no âmbito do pertencimento profissional, estamental e de classe. Enquanto na representação livre a figura dos partidos estaria ressaltada, a representação de interesses tenderia a enfraquecer os partidos. WEBER, 1984, 235-241. Pode-se lembrar a partir deste trecho as palavras de Friedrich Hegel, ao afirmar que apesar de nos estados modernos (de seu tempo) a participação dos cidadãos fosse limitada, era através da participação na corporação que seria possível ativar a consciência ético-social (*a Stitlichkeit*), consciente e pensante. Seria por intermédio do seu pertencimento à corporação que o indivíduo particular, sujeito econômico da sociedade civil, torna-se-ia cidadão do Estado (*Staat*), sujeito político no sentido estrito. (HEGEL, **Princípios da Filosofia do Direito**, (1820), 1997, §251-258, p.212-224). Para entender melhor os usos dos termos em alemão desta passagem ver também LEFEBVRE; MACHEREY, 1999, p.59-64).

A crítica da idéia de vontade popular se acentua nas afirmações de Joseph Shumpeter⁶⁹ referentes à política e à democracia. A idéia de democracia negativa se aperfeiçoa quando se estrutura o argumento de que a democracia é um sistema de concorrentes onde os votos são disputados pelos atores políticos para que possam obter o poder de decisão. Sobre tais concepções negativas da democracia Rosanvallon observa:

*Ces pionniers auront de multiples continuateurs plus ou moins talentueux, constituant, de Robert Dahl à Giovanni Sartori, l'imposante galaxie des "théories réalistes" de la démocratie, censées faire coïncider le constat du fonctionnement effectif des régimes qualifiés de tel avec les normes du souhaitable.*⁷⁰

A história da democracia esteve sempre eivada de muitas tensões, entre as idéias e a razão, os eleitores e seus representantes, a vida das instituições e os sentimentos da sociedade, a organização das liberdades de expressão e de um poder coletivo. Para Rosanvallon, apenas a concepção minimalista não conseguiria responder a todas essas questões. Nos últimos tempos é crescente um desencantamento das democracias, que aparece como fruto de todas essas reflexões. Na verdade ele afirma que o que se vivencia é um declínio da democracia da vontade. O autor se refere ao que classifica como *religião de la volonté*⁷¹. Seria uma determinada crença no apoio popular a qualquer tipo de proposta política que traria consigo seus ritos, sacramentos e até mesmo seus milagres. Entretanto, neste contexto, o que se observa é que o senso de obrigação coletiva está cada vez mais distante da realidade social.

Com a desincorporação do social, o mundo moderno implica em um agudo recurso à ficção. Os primeiros teóricos do contrato social tentaram resolver essa questão reconhecendo à instituição monárquica um papel de figuração social.⁷² Tal empreitada de figuração simbólica muda com o advento do imperativo democrático, mas desde aqui toma forma a incerteza quanto à estruturação do projeto democrático, que também está ligada a dificuldade de figuração que a acompanha.

⁶⁹ SCHUMPETER, **Capitalismo, Socialismo e Democracia** p. 334.

⁷⁰ ROSANVALLON, 2000, p.383.

⁷¹ ROSANVALLON, 2000, p.393

⁷² Para Hobbes, por exemplo, representar era personificar, onde o processo de representação se confunde com a função de encarnação. É a idéia de que é possível forjar através da instituição monárquica, um corpo simbólico em ligação e no lugar de um povo real que se tornou desfigurado. HOBBS, **Leviatã**, p.166.

O recurso positivo à ficção desenvolve outra problemática singular em seu seio, pois se torna cada vez mais forte a tensão entre a utilidade jurídica dela e sua artificialidade sociológica. A ficção pressupõe sempre unidade e igualdade e radicaliza esses princípios enquanto a realidade é mais complexa: a ordem política não é igual à ordem jurídica, porque ela não é apenas um simples pragmatismo.

A política, à diferença do direito, traz engajado sempre um trabalho de imaginação, da projeção de si mesmo sobre os outros: este trabalho dividiu espaço com o próprio processo de constituição-representação do laço social. Se uma política substancial não tem lugar no mundo democrático, uma política da ficção é muito difícil: na democracia, é necessária a produção permanente de formas de identificação reais. O processo de representação encontra-se assim submetido a uma dupla exigência contraditória: ele implica em possuir uma obra de ficção e ao mesmo tempo induzir demandas de identificação sensível. Reside aqui a aporia constitutiva do governo representativo segundo Rosanvallon.

Mas o mal-estar constitutivo da experiência democrática não se resume apenas aos efeitos de uma tensão entre concreto e abstrato. Não se trata apenas de opor democracia formal e aquela que deveria ser uma democracia real. Esta oposição possui um importante papel, mas o fundamental à sublinhar é que o povo concreto é que resta indeterminado. Ele não dá a luz à uma evidência sociológica sobre a qual se possa fundar o imperativo de soberania popular. É o povo em si que não possui uma forma clara. O povo não preexiste ao fato de ser evocado ou pesquisado, ele está ainda por ser construído.

Esta não existência é reforçada hoje em dia pelas mais diferentes ações de amparo social vivenciadas que radicalizam a questão da figuração do povo. Elas tornam mais evidente a superposição da exigência democrática e do trabalho de dar forma ao social. A oposição entre o princípio sociológico e político da democracia traz para a discussão o sujeito político enquanto tal, e não a sua distância da realidade social. Trata-se da própria natureza do *populus* e das condições em que foi configurado que cabe investigar, e não sua possível subversão em uma caricatura ou em uma realidade repleta de preconceitos.

Para entender a democracia como uma história, seria necessário um estudo indissociável de um trabalho de experimentação e exploração. Isto permitiria a análise do movimento do que o autor classifica como uma democracia de equilíbrio (*democratie d'équilibre*, ROSANVALLON, 1998, p. 26 e 2000, p.249), a

adição pragmática de instituições, de procedimentos eleitorais e formas de conhecer a sociedade que foram adotadas no decorrer da primeira metade do século XX. O papel dos partidos políticos, de novas técnicas eleitorais, o aparecimento de corpos intermediários como sindicatos, procedimentos consultivos, o próprio desenvolvimento das ciências sociais foram tentativas de resposta ao problema da figuração política do povo. Ela, porém, não permitiu uma resposta definitiva que desse forma política ao social.

A história da democracia apresentaria assim uma dupla dimensão, ela possui um caráter contínuo, estruturado do qual ela mesma é a prova. Mas ela também seria ritmada por fases que podem ser diferenciadas em termos institucionais e práticos. Os problemas contemporâneos estariam neste nível. O mal-estar atual da representação deve ser compreendido como um resultado da erosão depois dos anos 1970-1980 da democracia de equilíbrio. O mal estar político atual está muito ligado à dificuldade de exprimir as identidades sociais. Se as tentativas procedimentais de renovar a teoria (via *referendum*, por exemplo), correspondem a uma tentativa louvável de reabilitação do direito, elas constituem uma forma de renunciar ao tratamento da sociedade real.

Falar da sociedade real para Rosanvallon implica em todos os casos que os indivíduos possam dar sentido ao “nós”, um projeto de soberania mais ativa do povo sempre permanente e que pode doravante ser compreendido em termos que reforcem a liberdade ao invés de ameaçá-la. Mas a questão da representação neste universo não pode ser considerada nem em termos de um substancialismo ultrapassado e nem de um procedimentalismo utópico para o autor. Se atualmente não há mais espaço para uma representação descritiva como proposto, por exemplo, por Durkheim ou Proudhon, baseada em uma política orgânica, a dimensão cognitiva da representação se faz presente. Esta dimensão cognitiva e interpretativa toma lugar com o esvaecer das identidades coletivas. A política se identifica de forma crescente com tentativas de tornar passível de leitura a sociedade, de dar senso e forma a um mundo onde os indivíduos tem uma dificuldade crescente em se orientar.

O papel da política e das ciências sociais neste novo contexto é destacado:

La politique compte plus que jamais au nombre de ses taches principales la responsabilité de “révéler la société à elle-même”. La action politique et les sciences sociales lieront sans cesse davantage leurs objets et leurs démarches dans

*cette mesure, rapprochant du même coup dans de conditions inédites l'œuvre du savant et celle du politique.*⁷³

O objetivo tanto da política quanto das ciências sociais seria o mesmo, tentar superar o fato de que os indivíduos não são capazes de se entender como membros de uma sociedade e que sua inscrição em uma totalidade visível se transformou para eles em um problema. O objetivo não é o de considerar alguém que não foi atendido ou foi negligenciado. A tentativa implícita seria construir diretamente uma sociedade, uma comunidade democrática.

Mas o movimento de decifrar a sociedade não é tarefa fácil. A proposta é interpretar os movimentos do real, sob uma ótica de historiador também. Uma mistura entre uma visão histórica e compreensão sociológica se faz necessária. Ao invés de classificar em padrões fixos, são as situações e as trajetórias que devem ser analisadas. A percepção da questão da exclusão social é um exemplo de como essas análises são válidas. Os excluídos não constituem nenhum grupo social: a exclusão em si é um processo – *processus*⁷⁴ – e não um estado. Trata-se aqui de um processo de derrocada da sacralização do político. (*désacralizer le politique*⁷⁵). Isto implica numa impossibilidade de continuar pensando a democracia de forma teológico-política. Há que buscar compreender os termos de forma radicalmente não-sacralizada, em ruptura com um ideal demiurgo onde figuraria extremamente grande o ideal democrático.

Tais reflexões permitem analisar de outra forma a questão das identidades sociais. Estas não devem ser compreendidas apenas como uma articulação entre o “eu” e o “nós”, ou seja, a composição de indivíduos em coletividades fundadas na semelhança. A mudança a travar é na ordem das identidades coletivas. Trata-se aqui também de tentar compreendê-las de modo histórico, como percursos que se cruzam ou caminhos paralelos, muito mais do que comunidades estáveis. O *trabalho da representação* está intimamente ligado ao exercício da política. Se a determinação das identidades depende de uma empreitada de conhecimento que torne perceptíveis as interações sociais, ela também é diretamente derivada da decisão política.

⁷³ ROSANVALLON, 1998, p.459.

⁷⁴ ROSANVALLON, 1998, p. 461.

⁷⁵ ROSANVALLON, 2000, p.395.

As políticas de redistribuição criam efetivamente grupos sociais. Estes surgem em cena como grupos de dedução fiscal, delimitados por alíquotas de tributação ou por normas de exoneração. Sob tais contornos que se estruturam atualmente as identidades coletivas. Os grupos se formam dentro de uma concepção complexa de fraturas, de linhas de clivagens e de reagrupamentos impostos por normas fiscais ou políticas públicas. As regras da participação e do passível de repartição produzem assim uma sociedade complexa. Elas não se decompõem apenas em classes fixas de rendimento (classes populares, classes médias, altas), elas delimitam o que pode ser classificado como grupos de contribuição e redistribuição. São as normas de redistribuição e as taxas de imposição que definem praticamente as formas do tecido social.

Não seria possível separar a história individual da estrutura social nesta perspectiva. A sociedade também é historicizada. A representação neste contexto pode então ser entendida como a imagem de um processo pelo qual uma sociedade toma, no decorrer do tempo, forma para a ação. (*“La représentation doit donc être comprise comme le processus par lequel une société prend, dans le temps, forme pour l’action”*⁷⁶). Tal proposta recorre a uma concepção diretamente ativa do político. O político não consiste neste caso em uma instância de fundação, que organizaria de forma estável a sociedade. Sua ampliação de concepção do político para além da política, define um espaço de aprovação e manifestação responsáveis por produzir sentido. A construção de um mundo comum não se encontra apenas em valores partilhados, ela pressupõe que se descubra as regras que permitam aceitar as diferenças e organizar sua coexistência para poder dar forma ao “nós”.

Conhecimento de si e constituição de um mundo comum participam, aliás, cada vez mais, de uma mesma trajetória. A resolução do que se convencionou chamar a crise do sujeito e a redefinição da representação política são dois movimentos que se fundam um no outro. A redefinição da identidade individual é dependente de todo o trabalho de tentar dar forma ao social que cabe à representação. Revelar a sociedade à si mesma e revelar o indivíduo à si mesmo se prolongam pois a opacidade da sociedade e o estranhamento do indivíduo para consigo participam do mesmo enigma. É por esta razão que as reflexões sobre identidade tomaram tanto vulto ultimamente. Construir uma história, tecer uma continuidade

⁷⁶ ROSANVALLON, 1998, p.465.

na existência implica em participar na empreitada mais vasta de elucidação e de constituição de sentido. A antiga cisão entre individual e coletivo, entre privado e público está enfraquecida. Um mesmo registro de experiência une essas duas dimensões.

Impõe-se assim uma idéia de um por vir da democracia que não se joga apenas no terreno constitucional. Aqui a proposta é uma era ordinária da política, trata-se igualmente de uma sociedade mais democrática a que se aspira. Esta seria uma terceira era democrática que teria abolido a separação entre os dois registros de constituição do sujeito como vontade individual consciente de si mesmo e da determinação de um modo de expressão adequado da vontade geral. Neste contexto não há como crer que a democracia apenas tome sentido em circunstâncias excepcionais ou que exista como criação de um verbo em treinamento.

Tal era ordinária e não-sacralizada deixaria de lado propostas de restaurações impossíveis ou nostalgias perversas. O objetivo seria conduzir uma mesma experiência de humanidade, com uma nova forma de falar do indivíduo e uma nova compreensão da natureza do político. Os mecanismos e instituições que podem caber nesta nova equalização de social e político estariam no horizonte da contra-democracia. Mas como lidar com essas novas formas de criar sentido politicamente para o social e vice-versa, e sua conjugação dentro de propostas de soberania complexa serão temas do próximo capítulo.